

**FUNDAÇÃO EDUCANDÁRIO
"CEL. QUITO JUNQUEIRA"****RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Diretores e Conselheiros da
Fundação Educandário "Cel. Quito Junqueira"

Ribeirão Preto SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Fundação Educandário "Cel. Quito Junqueira" ("Fundação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Educandário "Cel. Quito Junqueira" em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas - NBC TG 1000 (R1) e, em especial, norma específica aplicável às entidades sem finalidade de lucros - ITG 2002 (R1).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Fundação é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas - NBC TG 1000 (R1) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação.

Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras

podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 25 de fevereiro de 2022

Moore Prisma Auditoria e Consultoria Contábil S/S Ltda.

CRC 2SP024067/O-6

JULIANA INOUE CAVALIERI

CRC 1SP258401/O-3

	Nota	2021	2020
Ativo			
Circulante			
Caixa e bancos conta movimento		3	-
Aplicações financeiras	4	72.666	69.056
Contas a receber	5	1.172	2.055
Outros ativos		187	271
Total do ativo circulante		74.028	71.382
Não Circulante			
Contas a receber	5	-	848
Depósitos judiciais	10	2	2
Investimentos		13	19
Imobilizado	6	18.796	18.902
Intangível		23	16
Total do ativo não circulante		18.834	19.787
Total do ativo		92.862	91.169

	Nota	2021	2020
Passivo			
Circulante			
Fornecedores e prestadores de serviços	7	207	172
Salários, férias e encargos sociais	8	908	784
Impostos e contribuições a recolher	9	54	47
Subvenções a apropriar	10	2.672	569
Outros passivos		8	10
Total do passivo circulante		3.849	1.582
Não circulante			
Provisão para contingências	11	50	50
Total do passivo não circulante		50	50
Patrimônio líquido			
Patrimônio social	13	86.532	85.665
Ajuste de avaliação patrimonial		2.885	3.005
(Déficit) superávit do exercício		(454)	867
Total do patrimônio líquido		88.963	89.537
Total do passivo e patrimônio líquido		92.862	91.169

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
Em milhares de reais

	Nota	2021	2020
Receitas operacionais			
Alugueres	14	2.254	2.009
Aplicações financeiras	15	372	4.750
Alienações de bens	16	3.381	352
Doações e subvenções	17	4.277	3.995
Participações societárias		119	2
Outras rendas		211	211
		10.614	11.319
Despesas operacionais			
Pessoal	18	(7.332)	(6.830)
Gerais e administrativas	19	(3.856)	(3.622)
		(11.188)	(10.452)
(Déficit) superávit do exercício		(574)	867

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
Em milhares de reais

	2021	2020
(Déficit) Superávit do exercício	(574)	867
Outros resultados abrangentes	120	-
Resultado abrangente	(454)	867

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
Em milhares de reais

	Patrimônio social	Ajuste de avaliação patrimonial	(Déficit) Superávit	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020	76.825	3.005	8.840	88.670
Incorporação do superávit	8.840	-	(8.840)	-
Superávit do exercício	-	-	867	867
Saldos em 31 de dezembro de 2020	85.665	3.005	867	89.537
Incorporação do superávit	867	-	(867)	-
Realização do ajuste de valiação patrimonial	-	(120)	120	-
Déficit do exercício	-	-	(574)	(574)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	86.532	2.885	(454)	88.963

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
Em milhares de reais

	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
(Déficit) superávit do exercício	(574)	867
Ajustes por:		
Depreciações e amortizações	453	446
Baixas do imobilizado	-	3
Variações nos ativos e passivos:		
Aplicações financeiras	(3.610)	(4.434)
Contas a receber	1.731	2.967
Outros ativos	84	335
Fornecedores e prestadores de serviços	35	(11)
Salários, férias, encargos sociais e impostos e contribuições a recolher	131	322
Subvenções a realizar	2.103	569
Outros passivos	(2)	1
Recursos líquidos provenientes das atividades operacionais	351	1.065
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições do intangível	(7)	(7)
Aquisições do imobilizado	(347)	(1.062)
Redução de investimentos	6	-
Recursos líquidos aplicados nas atividades de investimentos	(348)	(1.069)
Aumento (redução) do caixa e bancos conta movimento	3	(4)
Variação do caixa e bancos conta movimento:		
Caixa e bancos conta movimento no fim do exercício	3	-
Caixa e bancos conta movimento no início do exercício	-	4
Aumento (redução) do caixa e bancos conta movimento	3	(4)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
Em milhares de reais

1. Contexto operacional

a - A Fundação

A Fundação Educandário "Cel. Quito Junqueira" ("Fundação") é uma instituição civil de fins sociais e filantrópicas. Foi constituída em 1938 pelo magnânimo casal Francisco Maximiano Junqueira e Theolina de Andrade Junqueira (Sinhá Junqueira). Tem por finalidade promover e desenvolver atividades de relevância por meio da educação, da assistência social e do amparo de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, bem como fomentar a cultura sobretudo por meio de sua biblioteca. Rege-se por Estatuto Social e tem sede e foro na cidade de Ribeirão Preto SP.

Em caso de dissolução ou extinção da Fundação, o patrimônio então existente será destinado preferencialmente à Fundação Maternidade Sinhá Junqueira

ou a outras entidades sem fins lucrativos congêneres localizadas na cidade de Ribeirão Preto SP e escolhidas pelo Conselho Curador da Fundação.

As rendas para a manutenção das atividades sociais da Fundação são oriundas substancialmente de alugueres de bens imóveis próprios e rendimentos de aplicações financeiras, eventuais alienações de bens autorizadas, doações e subvenções.

b - Escola de educação infantil "Dr. Fábio dos Santos Musa"

A Fundação firmou termo de colaboração com a Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, assumindo a administração e toda a atividade educacional da escola de educação infantil que atende crianças de zero a cinco anos de idade, com capacidade de 1.036 vagas.

No exercício de 2021, a Fundação recebeu o montante de R\$ 6.288 para realizar essa administração. Para maiores detalhes sobre a contabilização e aplicabilidade desses recursos, vide nota explicativa nº 10.

c - Efeitos da COVID-19

Em virtude da pandemia houve uma redução no recebimento de alugueres tanto pela inadimplência, quanto pelo pedido de redução provisória dos valores pagos pelos inquilinos.

Com relação às aulas presenciais na Escola de Educação Infantil "Dr. Fábio dos Santos Musa", iniciadas em 3 de fevereiro de 2020, foram paralisadas em 20 de março de 2020 na confirmação da pandemia, persistindo por todo o exercício de 2020, mantendo-se em 2021 até 20 de setembro, quando retornaram as aulas presencialmente, atendendo 50% dos matriculados em período parcial, manhã e tarde, até o dia 23 de dezembro de 2021. No período de 12 de abril de 2021 a 18 de setembro de 2021, a Escola distribuiu às famílias de alunos matriculados 33.696 marmix produzidos com alimentos fornecidos pela Secretaria Municipal da Educação.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a - Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Fundação foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas - NBC TG 1000 (R1) e, em especial, a ITG 2002 (R1) - Entidade sem finalidade de lucros.

A Administração avaliou a capacidade da Fundação em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a suas atividades no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Fundação, cuja conclusão foi autorizada por esta em 25 de fevereiro de 2022.

b - Mensuração de valor

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma na respectiva nota explicativa.

c - Moeda de apresentação e funcional

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais. O Real é a moeda de apresentação e funcional da Fundação.

d - Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas, exige que a Administração da Fundação faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas pela Fundação e que possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão incluídas nas respectivas notas explicativas.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras da Fundação:

a - Instrumentos financeiros

A Fundação classifica seus ativos e passivos financeiros como instrumentos financeiros básicos, em conformidade com a sua política contábil e por atender as condições da seção 11 da NBC TG 1000 (R1) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. Assim, são ativos financeiros básicos: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, outros ativos e investimentos. Os passivos financeiros básicos são fornecedores e prestadores de serviços, subvenções a realizar e outros passivos.

b - Caixa e bancos conta movimento

Compreendem valor mantido para utilização em pagamentos de pequenas despesas (caixa) e para atender aos compromissos de curtíssimo prazo da Fundação (bancos conta movimento).

c - Aplicações financeiras

As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, tendo como contrapartida o resultado do exercício. Para que um investimento financeiro seja qualificado como equivalente de caixa, é necessário ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento original de curto prazo, de três meses ou menos da data da aquisição. No caso da Fundação, apesar da disponibilidade dos recur-

sos, os mesmos não serão consumidos de forma significativa no curto prazo.

d - Contas a receber

Os alugueres a receber são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação e, subsequentemente, mensurados pelo custo menos as perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa. Uma estimativa de perdas com crédito de liquidação duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Fundação não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais contratadas. Alienação de bens refere-se ao valor parcelado de vendas de bens do ativo imobilizado.

e - Imobilizado

e.1 - Reconhecimento e mensuração

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção (exceto os imóveis recebidos pela incorporação da Fundação Biblioteca Cultural Altino Arantes, que é a atual Biblioteca Sinhá Junqueira, que foram avaliados pelo custo atribuído em 2015), deduzido de depreciação acumulada e, quando aplicável, perdas de redução ao valor recuperável acumuladas. O custo histórico inclui os gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado, apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor líquido contábil do imobilizado, são reconhecidos em receitas/despesas operacionais no resultado do exercício.

e.2 - Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Fundação. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

e.3 - Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na vida útil econômica estimada de cada item. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso. A depreciação é reconhecida no resultado. A depreciação é cessada quando o valor líquido contábil atinge o valor residual final do bem. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

f - Provisão para redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. A Administração da Fundação revisa no mínimo anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros (ou grupo de ativos relacionados), com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável efetivo. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão não para recuperação, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável (impairment), em contrapartida do resultado.

Se uma perda por redução ao valor recuperável for subsequentemente revertida, o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos relacionados) é aumentado para a estimativa revista de seu valor recuperável, mas sem exceder o valor que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

g - Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Fundação tem uma obrigação presente legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e quando é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, desde que o valor possa ser estimado com suficiente segurança.

As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

h - Fornecedores e prestadores de serviços

As contas a pagar são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva, conforme aplicável.

i - Subvenções a realizar

As subvenções são inicialmente registradas pelos valores recebidos em contrapartida de uma conta corrente bancária ou aplicação. O reconhecimento no resultado do exercício se dá em conformidade com a utilização e atendimento aos requisitos exigidos pelas subvenções.

j - Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados da seguinte forma:

Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a administração da Fundação possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos. Passivos contingentes são reconhecidos contabilmente levando-se em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das demandas, a similaridade com outros processos, a complexidade no posicionamento de tribunais, entre outras análises da Administração da Fundação, sempre que as perdas forem avaliadas como prováveis, o que ocasionaria uma saída futura de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes classificados como perda remota não requerem provisão e nem divulgação nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações

financeiras, quando for o caso, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

k - Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Fundação e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Fundação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro.

Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas quando necessário (valor justo).

l - Segregação entre circulante e não circulante

As operações ativas e passivas com vencimentos inferiores a um ano estão registradas no circulante e as com prazos superiores no não circulante.

m - Receitas e despesas

O resultado das operações (superávit ou déficit) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios, independentemente, portanto, do seu efetivo recebimento ou pagamento.

Todas as receitas são destinadas aos fins institucionais da Fundação e, portanto, são consideradas operacionais.

n - Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto.

4. Aplicações financeiras

Descrição	2021	2020
Aplicação financeira - projeto escola de educação infantil "Dr. Fábio dos Santos Musa" (i)	3.248	943
Fundo de investimento - renda fixa (ii)	55.226	53.987
Fundo de investimento - renda fixa - vinculado (ii)	14.192	14.126
	72.666	69.056

(i) Aplicação financeira específica para o recebimento das subvenções provenientes do acordo firmado com a Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto.

(ii) Aplicações financeiras no fundo AD14 Advance Multimercado Crédito Privado FICF (CNPJ do Fundo 13.410.763/0001-52 - Administrador Itaú Unibanco S/A). Têm o intuito de gerar rendimentos para a manutenção das atividades da Fundação e podem ser resgatadas de acordo com a necessidade de recursos. As aplicações vinculadas originam-se dos recursos de vendas de bens da Fundação. A utilização desses recursos só pode se realizar em obras ou projetos sociais e filantrópicos envolvendo crianças e adolescentes carentes, mediante aprovação do Conselho Curador e do Ministério Público Estadual, que podem ocorrer dentro do próximo exercício ou não.

5. Contas a receber

Descrição	2021		2020	
	Circulante	Circulante	Circulante	Não Circulante
Alugueres a receber - imobiliárias	535	547		-
Alugueres a receber - administração da Fundação	21	14		-
	556	561		-
(-) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(174)	(174)		-
Alienações de bens (i)	790	1.668		848
	1.172	2.055		848

(i) O saldo está composto substancialmente por 2 parcelas a receber provenientes da venda de um imóvel (terreno) à Basequímica S.A., por 1 parcela a receber provenientes da venda de um imóvel (terreno) ao Eduardo Menegucci, por 6 parcelas remanescentes a receber da venda do terreno ao Sr. Roger de Castro, todas corrigidas pelo IGPM ou CDI.

6 Imobilizado

a - Composição do saldo

Descrição	Taxa anual de depreciação	2021			2020	
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	Líquido
Terrenos	-	42	-	42	42	
Terreno Biblioteca Cultural "Altino Arantes"	-	2.327	-	2.327	2.327	
Edificações	1,67%	5.040	(330)	4.710	4.652	
Edificação Biblioteca Cultural "Altino Arantes"	2,50%	10.428	(430)	9.998	10.168	
Instalações	10%	351	(311)	40	51	
Móveis e utensílios	10%	1.169	(374)	795	779	
Máquinas e equipamentos	10%	549	(266)	283	229	
Veículos	20%	300	(300)	-	8	
Equipamentos de informática	20%	547	(364)	183	228	
Acervo de livros	-	388	-	388	388	
Imobilizado em andamento	-	-	-	-	-	
Outros	-	30	-	30	30	
		21.171	(2.375)	18.796	18.902	

b - Movimentação do custo histórico

Descrição	2021					2020				
	Saldos iniciais	Aquisições	Baixas	Transferências	Saldos finais	Saldos iniciais	Aquisições	Baixas	Transferências	Saldos finais
Terrenos	42	-	-	-	42	42	-	-	-	42
Terreno Biblioteca Cultural "Altino Arantes"	2.327	-	-	-	2.327	2.327	-	-	-	2.327
Edificações	4.928	112	-	-	5.040	4.900	28	-	-	4.928
Edificação Biblioteca Cultural "Altino Arantes"	10.419	9	-	-	10.428	678	1	-	9.740	10.419
Instalações	351	-	-	-	351	351	-	-	-	351
Móveis e utensílios	1.056	114	(1)	-	1.169	1.068	-	(12)	-	1.056
Máquinas e equipamentos	464	85	-	-	549	509	37	(82)	-	464
Veículos	300	-	-	-	300	300	-	-	-	300
Equipamentos de informática	522	27	(2)	-	547	356	199	(33)	-	522
Acervo de livros	388	-	-	-	388	381	7	-	-	388
Imobilizado em andamento	-	-	-	-	-	8.950	790	-	(9.740)	-
Outros	30	-	-	-	30	30	-	-	-	30
	20.827	347	(3)	-	21.171	19.892	1.062	(127)	-	20.827

(i) Em 2019, a biblioteca Sinhá Junqueira (antiga Biblioteca Cultural Altino Arantes) passou por uma ampla reforma e restauração. Essa reforma foi aprovada pelo Conselho Curador da Fundação.

c - Movimentação da depreciação acumulada

Descrição	2021				2020			
	Saldos iniciais	Aquisições	Baixas	Saldos finais	Saldos iniciais	Aquisições	Baixas	Saldos finais
Edificações	(527)	(233)	-	(760)	(309)	(218)	-	- 527
Instalações	(300)	(11)	-	(311)	(288)	(12)	-	- 300
Móveis e utensílios	(277)	(98)	1	(374)	(189)	(100)	12	- 277
Máquinas e equipamentos	(235)	(31)	-	(266)	(282)	(33)	80	- 235
Veículos	(292)	(8)	-	(300)	(285)	(7)	-	- 292
Equipamentos de informática	(294)	(72)	2	(364)	(250)	(76)	32	- 294
	(1.925)	(453)	3	(2.375)	(1.603)	(446)	124	(1.925)

Na definição de valor residual final, a Administração da Fundação constatou que o valor das edificações e terrenos é inferior ao valor recuperável dos imóveis. Assim, o cálculo da despesa de depreciação de várias edificações foi interrompido. A Administração da Fundação, considerando suas atividades sociais, optou pela não adoção do custo atribuído (deemed cost), conforme facultado pelas normas contábeis em períodos anteriores. Portanto, exceto o acervo incorporado da Fundação Biblioteca Cultural Altino Arantes (atual Biblioteca Sinhá Junqueira), avaliado ao custo atribuído quando da incorporação, os bens estão avaliados ao valor do custo histórico de aquisição.

A Administração da Fundação procedeu a análise de recuperabilidade dos bens do ativo imobilizado para atendimento às normas contábeis. Não foi identificada a necessidade de qualquer ajuste para redução ao valor recuperável dos bens (impairment). Em regra, o custo histórico dos imóveis é muito inferior ao valor atual de mercado. Para fins de análise e comparação, apresentamos abaixo um resumo dos imóveis da Fundação, por localização e pelo valor venal disponibilizado pela Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto:

Loteamento	Valor venal
Campos Elíseos	9.439
Jd. Independência	494.838
Pq. Cel. Quito Junqueira Industrial	32.200
Vila Carmen	3.184
Vila Coronel Quito	8.417
Vila Perdizes	2.995
Vila Stela Maris	1.592
Total	552.665

7. Fornecedores e prestadores de serviços

Nesta conta estão registrados saldos a pagar relativos ao fornecimento de produtos de alimentação, limpeza, manutenção, entre outros, e prestadores de serviços nas áreas administrativa e operacional da Fundação. O saldo é de R\$ 207 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 172 em 2020).

8. Salários, férias e encargos sociais

Descrição	2021	2020
Salários e ordenados	318	284
INSS	38	38
FGTS	50	50
Provisão para férias e encargos	495	405
Outros	7	7
	908	784

Em 2021, o aumento se deve a contratação de professores para atuarem na escola de educação infantil "Dr. Fábio dos Santos Musa".

9. Impostos e contribuições a recolher

Descrição	2021	2020
IRRF	45	38
PIS sobre folha de pagamento	8	8
Outros	1	1
	54	47

10. Subvenções a realizar

a - Composição do saldo

Descrição	2021	2020
Convênio Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto	2.672	569

b - Movimentação

Apresentamos a movimentação das subvenções nos exercícios:

Descrição	2021	2020
Saldo inicial	569	-
Subvenções recebidas	6.288	4.098
Subvenções apropriadas no resultado	(4.185)	(3.529)
Subvenções a apropriar	2.672	569

Com relação ao convênio firmado entre a Fundação e a Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, do total de R\$ 6.288 (R\$ 4.098 em 2021) de subvenções recebidas no exercício, foi apropriado no resultado o montante de R\$ 4.185 (R\$ 3.529 em 2021) relacionado a gastos com folha de pagamento, serviços e materiais destinados à escola de educação infantil "Dr. Fábio dos Santos Musa" (vide nota explicativa nº 17), restando o saldo de subvenções a apropriar de R\$ 2.672 no passivo (R\$ 569 em 2021).

11. Provisão para contingências

A Fundação é parte envolvida em uma ação trabalhista no montante calculado de R\$ 50 em 31 de dezembro de 2021 e 2020, classificada pelos assessores jurídicos como perda provável.

12. Passivos contingentes

A administração da Fundação discute o montante de R\$ 66 em ação da esfera trabalhista e R\$ 37 na esfera cível, classificadas pelos assessores jurídicos como perda possível, não sendo constituída nenhuma provisão para contingências.

13. Patrimônio social

O valor do superávit ou déficit dos exercícios, após a sua aprovação, é transferido para a conta patrimônio social, conforme norma própria de entidade sem finalidade de lucros.

14. Alugueres

Refere-se aos valores registrados mensalmente pelo regime de competência aferidos com alugueres dos imóveis de propriedade da Fundação. Tem como objetivo, conforme a nota explicativa 1, a aferição de renda para a manutenção das atividades sociais da Fundação.

Nos exercícios de 2021 e 2020, foram reconhecidas as receitas nos montantes de R\$ 2.254 e R\$ 2.009, respectivamente.

15. Aplicações financeiras

Descrição	2021	2020
Rendimentos de aplicações não vinculadas	254	3.382
Rendimentos de aplicações vinculadas	66	890
Outras receitas financeiras	52	478
	372	4.750

16. Alienações de bens

Refere-se a receitas com as vendas de imóveis, formalizadas com aprovação do Ministério Público Estadual.

17. Doações e subvenções

Descrição	2021	2020
Doações	92	466
Subvenções (i)	4.185	3.529
	4.277	3.995

(i) Representam as subvenções apropriadas no exercício de 2021 de acordo com convênio firmado entre a Fundação e a Prefeitura Municipal de Ribeirão

Quinta-feira, 02 de Junho de 2022

Preto, conforme nota explicativa nº 10.

18. Pessoal

Descrição	2021	2020
Salários e ordenados	(4.975)	(4.718)
Assistência médica e odontológica	(349)	(319)
FGTS	(466)	(441)
Férias	(573)	(409)
13º salário	(357)	(358)
Vale transporte	(19)	(22)
Indenizações trabalhistas	(209)	(172)
Alimentação	(4)	-
Outros	(380)	(391)
	(7.332)	(6.830)

Em 2021, o aumento se deve a contratação de profissionais para atuarem na escola de educação infantil "Dr. Fábio dos Santos Musa", cuja administração passou a ser da Fundação conforme nota explicativa nº 1.

19. Gerais e administrativas

Descrição	2021	2020
Serviços de terceiros	(1.239)	(1.206)
Gêneros alimentícios - educandos	(97)	(131)
Administração imobiliária	(200)	(106)
Material escolar/segurança/uniformes/consumo/diversos	(280)	(430)
Conservação dos bens	(161)	(80)
Depreciações	(453)	(448)
Energia elétrica/água/telefone	(534)	(241)
Projetos de terceiros	-	(240)
Despesas com educandos e recreação e esportes	(3)	(5)
Outras	(889)	(735)
	(3.856)	(3.622)

20. Instrumentos financeiros

A Fundação mantém operações com instrumentos financeiros como aplicações financeiras e contas a receber e a pagar. A administração dos instrumentos financeiros que a Fundação mantém é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus as condições vigentes de mercado, minimizando riscos.

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Fundação não possuía nenhum instrumento financeiro derivativo e também não efetuou aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de risco nos exercícios.

Os resultados são condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Fundação.

21. Demonstrativo das contribuições previdenciárias isentas

Mês de competência	2021				2020			
	Base de cálculo	Empregador	Outros	Valor isenção	Base de cálculo	Empregador	Outros	Valor isenção
Janeiro	473	95	37	132	255	51	20	71
Fevereiro	464	93	36	129	445	89	35	124
Março	433	87	34	121	449	90	35	125
Abril	446	89	35	124	450	90	35	125
Maior	436	87	34	121	445	89	35	124
Junho	440	88	34	122	436	87	34	121
Julho	468	94	37	131	412	82	32	114
Agosto	447	89	35	124	400	80	31	111
Setembro	449	90	35	125	403	81	31	112

Outubro	449	90	35	125	413	83	32	115
Novembro	443	89	35	124	474	95	37	132
Dezembro	415	83	32	115	411	82	32	114
13º salário	434	87	34	121	435	87	34	121
	5.797	1.161	453	1.614	5.428	1.086	423	1.509

22. Gratuidades

A Fundação aplica em gratuidades a totalidade de suas rendas no atendimento às crianças e adolescentes carentes, enquadrando-se no disposto no Decreto 8.242/2014, que trata da certificação das entidades beneficentes de assistência social - CEBAS, concedida às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cuja demonstração é apresentada à Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação.

23. Aspectos fiscais

Consideram-se isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestam os serviços para os quais foram instituídas e os colocam a disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos. Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit nas suas contas ou caso o apresente em determinado exercício, destina-se integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais, desde que atenda as demais condições legais. A Fundação enquadra-se dentre as pessoas jurídicas sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, e possui isenção subjetiva quanto ao recolhimento de tributos sobre o superávit. Isso significa que o desvirtuamento dos objetivos e finalidades da Fundação, ou o não cumprimento das obrigações estabelecidas para as entidades sem fins lucrativos, conforme determina a legislação vigente, pode proporcionar a perda total ou parcial da isenção tributária da qual goza a Fundação.

O entendimento da Administração da Fundação é de que suas rendas decorrem de atividades próprias e, portanto, não são sujeitas à tributação. O conceito de "atividade própria" é definido como sendo qualquer atividade ou transação cuja renda viabilize, no todo ou em parte, exclusivamente, a manutenção e a realização dos objetivos sociais da Fundação. A Administração desconhece qualquer problema de natureza fiscal que pudesse afetar de maneira significativa a Fundação, que está em pleno desenvolvimento de seus objetivos sociais e legais. Os registros contábeis, fiscais e trabalhistas e das operações da Fundação estão sujeitos a exames das autoridades fiscais e, em decorrência, a eventuais notificações para recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições durante prazos prescricionais variáveis (em geral cinco anos), consoante a legislação final aplicável a cada circunstância.

24. Administração da Fundação

A Fundação não distribui lucros, resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio social, sob nenhuma forma ou pretexto, nem mesmo em razão de desligamento, retirada, ou falecimento de seus membros, e todos os excedentes financeiros são revertidos para o cumprimento de suas finalidades sociais. Os membros do Conselho Curador não recebem direta ou indiretamente, salário, gratificações ou remuneração de qualquer espécie pelos serviços prestados à Fundação sendo esses serviços voluntariados.

O valor que a Fundação usufrui do trabalho não remunerado de seus dirigentes não é mensurado.

25. Cobertura de seguros

A Fundação adota a política de contratar seguros de determinados prédios, instalações e veículos, cuja cobertura é considerada suficiente pela administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Ribeirão Preto, 31 de dezembro de 2021

MARCOS ROCHA AWAD
Diretor Presidente

ANDRÉ JUNQUEIRA SANTOS PESSOA
Diretor Tesoureiro

OCIMAR MILAN
Contador - CRC 1SP137879/O-3

UE 02.07.10

Diário Oficial
Formato PDF

RECEBA ATRAVÉS DE **E-MAIL**, EDIÇÕES ANTERIORES DO DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO EM FORMATO **PDF**.

Faça o pedido pelo e-mail diariooficial@coderp.sp.gov.br fornecendo o **número** ou **data** da edição solicitada.

IMPrensa Oficial do Município